

Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

A RIQUEZA DAS AGRICULTURAS LOCAIS

Pelo mundo afora, a agricultura é praticada de muitas formas diferentes, por inúmeros povos indígenas e tradicionais. As diferenças têm relação com a maneira como cada povo se relaciona com os ambientes, com a variedade da vegetação existente em seus territórios e com suas experiências de domesticação e de circulação de plantas.

A agricultura é um processo, desenvolvido em duas grandes etapas: o momento da transformação do espaço com a abertura de uma roça e o momento da plantação, dos cuidados com o roçado e da colheita de diferentes plantas, ora destinadas à alimentação, ora à usos medicinais ou à servir de matéria prima para a produção de objetos. Assim, a agricultura tradicional se desenvolve a partir da soma de muitos conhecimentos, incluindo diversos modos de relação com os ambientes e também formas de organização social e práticas da vida em comunidade.

Muitos conhecimentos são necessários à atividade agrícola: é preciso melhorar a qualidade dos solos e manejar o relevo, encontrar soluções para chuvas intensas ou escassas, controlar pragas e animais invasores, selecionar variedades vegetais mais adequadas, adaptar essas plantas aos distintos ambientes, escolher as que melhor atendem às necessidades familiares, formas de plantio e de cuidado das roças, jeito de colher os produtos. Esses conhecimentos incluem modos de combinar

a produção agrícola com outras atividades de subsistência como a coleta, a caça, a pesca. Também incluem maneiras de preservar os ambientes para futuras plantações. As agriculturas são, assim, muito dinâmicas, constituindo práticas locais que resultam de contínuas adaptações às transformações ambientais, econômicas, culturais.

AGRICULTURA DE CORTE E QUEIMA

Nas regiões tropicais úmidas, como é o caso da Amazônia, o principal sistema de cultivo é a agricultura de corte e queima. Trata-se de um conjunto de técnicas utilizadas para a derrubada e a queima de uma porção de floresta, que será plantada e cultivada por um tempo determinado; após esse tempo de uso, a área é deixada para descansar e assim se regenerar para ser novamente cultivada, anos depois. Segundo pesquisas arqueológicas na região, essa forma de agricultura teria surgido, na América do Sul, há cerca de 8.600 anos.

A agricultura de corte e queima é reconhecida como uma forma de agricultura tradicional, na medida em que as decisões para gerir essa agricultura são tomadas diretamente pelos agricultores, localmente. Para manejar as roças, levam em consideração experiências acumuladas ao longo do tempo, de interação com os ambientes e as plantas. Essas experiências e conhecimentos aprofundados são transmitidos entre sucessivas gerações e são constantemente verificadas e atualizadas.

A qualificação de agricultura tradicional se refere às múltiplas relações entre uma comunidade e seu território. Aqui, 'tradicional' não significa algo antigo e parado no tempo. Ao contrário, em uma agricultura tradicional, os diferentes elementos do contexto local - sejam aspectos sociais, ambientais, econômicos, etc. - estão sempre articulados, dependendo uns dos outros. Por este motivo, as formas de produção agrícola tradicional não são apenas um conjunto de técnicas, mas de saberes e práticas muito complexos, que envolvem vários domínios de conhecimento. Esse acúmulo resulta, localmente, de escolhas, de imposições, de adaptações e, portanto, de inovações.



Foto: Luis Donisete Benzi Grupioni, 2011

Plantação na Aldeia Missão Tiryó

SISTEMAS AGRÍCOLAS LOCAIS

Por essas razões, uma agricultura tradicional forma um sistema. Esse termo significa que se trata de um conjunto de elementos que dependem uns dos outros. Portanto, o que se entende por sistema agrícola é todo o conjunto de saberes e práticas utilizadas nas ações de produção, envolvendo os espaços, os ambientes e as plantas cultivadas. Esse conjunto inclui, entre outros, relatos das experiências dos antigos e de experiências pessoais, explicações técnicas, relações sociais, formas de organização social, técnicas de plantio, cultivo e cuidados dos roçados, produção de utensílios, modos de transformação dos produtos agrícolas, suas formas de consumo, além da diversidade alimentar que resulta desse sistema.

A agricultura praticada pelos povos indígenas e por pequenos agricultores é reconhecida como formando sistemas agrícolas locais. Um sistema agrícola local é um sistema aberto, o que significa que é sempre atualizado, a partir de relações que envolvem as pessoas, os locais de cultivo e as plantas. Toda agricultura local também possui alguns elementos próprios, os quais têm origem nas características culturais e históricas, e nas diferenciações ambientais, econômicas e políticas.

A DIVERSIDADE AGRÍCOLA

Cada sistema agrícola local possui, como característica própria, uma diversidade de plantas cultivadas, que resulta das escolhas feitas pelos agricultores. São consideradas plantas cultivadas aquelas plantas agrupadas em lugares específicos, como as roças, as proximidades das aldeias, os pátios, os entornos das casas, onde foram plantadas com objetivos definidos pelos agricultores, em acordo com saberes e práticas envolvendo fatores ambientais e fatores culturais. A diversidade agrícola - também chamada de agrobiodiversidade - refere-se ao conjunto das espécies e variedades cultivadas em

determinado lugar, o principal deles sendo a roça.

A diversidade agrícola constitui uma parte importante do que é denominado como diversidade biológica. A diversidade agrícola engloba não só o cultivo de certas plantas, mas tudo que faz parte da produção agrícola: espaços cultivados e espaços utilizados para a criação de animais domésticos; espécies vegetais incluindo tanto as que são cultivadas como as plantas silvestres que são aparentadas, as ervas daninhas, os insetos que fertilizam as plantas, os parasitas que as destroem, os animais predadores e muitos outros elementos.

Nesse sentido, em 1999, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) fez uma proposta de definição para a agrobiodiversidade que compreende tanto a riqueza de espécies, as variedades e populações de plantas, os sistemas de cultivo, como os conhecimentos envolvidos no manejo das plantações, além das relações entre as pessoas e seus ambientes.

Esta definição enfatiza que o conhecimento local e as práticas culturais específicas de cada comunidade ou região são componentes importantes da agrobiodiversidade. Ou seja, são elementos indispensáveis tanto para a manutenção das famílias agricultoras, mas também para a economia mundial. Isso porque a diversidade agrícola garante a segurança alimentar e também promove a geração de novas variedades e a conservação dos solos. A FAO avalia que a mandioca é plantada em mais de 80 países, sendo um alimento básico para uma grande parte da população mundial, junto com o arroz e o milho. Por estes motivos, em 2002, a FAO lançou o Programa Sistemas Globalmente Importantes de Patrimônio Agrícola, que demonstra o reconhecimento da importância das dimensões culturais das agriculturas locais e sua contribuição para a diversidade agrícola.

PLANTAS IMPORTANTES NOS SISTEMAS AGRÍCOLAS DA AMAZÔNIA

É muito importante conhecer as variações existentes entre os sistemas agrícolas locais. Na América do Sul, há povos que cultivam sobretudo o milho e suas diferentes variedades, que são usadas para serem comidas diretamente da espiga, ou para fazer pipoca, farinha, preparar bebidas fermentadas, alimentar animais, produzir adornos, confeccionar cestos e artefatos ou, ainda, para usos medicinais.

Outros povos, que vivem na Amazônia, cultivam principalmente a mandioca brava e suas variedades são usadas para produzir farinha, beijus, mingaus, bebidas, etc. As mandiocas cultivadas pelos



Foto: Dawi Felisberto dos Santos

Roça de mandioca, Oiapoque

Wayana, que vivem no extremo norte do Pará, são identificadas pelas cores da casca interna, já que a casca externa é sempre marrom. Esta coloração é identificada como a 'pintura corporal' da mandioca. Segundo os critérios dos Wayana, quando a pele é de cor rosa-forte, a mandioca está pintada de urucum, mas quando a cor é violeta-escuro, está pintada com jenipapo. O tipo de mandioca que possui uma 'pintura ritual' é utilizado para a preparação de bebidas fermentadas, servidas durante as festas.

Como já mencionamos, um sistema agrícola inclui tanto a diversidade de plantas como a diversidade de alimentos produzidos e dos utensílios usados para a sua produção. Assim, os Baré que moram em comunidades do Rio Negro, possuem uma grande variedade de objetos para a transformação da mandioca em alimentos, incluindo tipitis, peneiras, abanos, cestos cargueiros, raladores, fornos, espátulas, vassouras, formas para beiju, etc. O que resulta também na diversidade dos alimentos, incluindo beijus, farinhas, tapioca, tucupi, bebidas, molhos, mingaus e outros preparos.

Outro elemento a ser considerado na riqueza dos sistemas agrícolas indígenas é a variedade das denominações. Entre os povos do Rio Negro, por exemplo, o sistema de nomenclatura das mandiocas é mais complexo que o modo de nomear outras espécies cultivadas, como pimentas e frutas. O nome é uma característica própria de cada variedade de planta, marcando sua identidade, sua história, sua filiação. Isso porque os nomes diferenciam as mandiocas locais daquelas introduzidas de fora, e assim permitem aos agricultores e agricultoras reconhecer e designar precisamente as variedades que eles cultivam em suas roças. Através desses modos de denominação das plantas, os agricultores expressam seu profundo conhecimento da diversidade vegetal. As denominações também evidenciam que uma roça não é composta por variedades que são consideradas isoladamente, mas sempre consideradas como formando um conjunto de plantas relacionadas entre si. Esses conjuntos – e o modo como são identificados e denominados – formam 'coleções' de mandiocas, de pimentas, de milhos, de bananas, etc.

Hoje, a mandioca é cultivada em todas as regiões do Brasil, mas é predominante no Nordeste e na região Norte. Em cada região, a planta recebe nomes diferentes, como: mandioca, maniva, aipi, aipim, castelinha, macaxeira, maniveira, uaipi, pão-de-pobre, etc. Também se usam os termos mandioca-doce, mandioca-mansa e macaxeira, para as mandiocas com baixa toxicidade. Mandioca-brava e mandioca-amarga designam as varia-



Foto: Mário Vilela/Funai

Colheita de mandioca em roça wajápi

des tóxicas, que precisam de um processamento complexo para serem consumidas.

Os estudos realizados até o momento indicam que a mandioca foi domesticada no sudoeste da Amazônia brasileira, atual estado do Acre. Sabe-se também que já estava disseminada em um amplo território antes da chegada dos Europeus nas Américas. Outras pesquisas, realizadas entre os povos indígenas do Rio Negro, revelam que essa região foi um centro importante para a diversidade das plantas cultivadas. Assim, levantamentos ali realizados entre 2006 e 2009, indicam a presença de 110 tipos diferentes de mandioca.

A importância da mandioca não se limita nem à sua alta diversidade, nem à sua alta produtividade, pois essa planta é alvo de cuidados especiais por parte dos agricultores indígenas. Diversidade e produtividade são resultados de um amplo conjunto de conhecimentos, que vão desde a preparação da roça, as técnicas de cultivo, o manejo da mandioca em associação com outras plantas cultivadas, o uso de utensílios específicos para o seu processamento, as técnicas culinárias e modos de servir, além dos ricos relatos de experiências, de histórias relacionadas à origem e transformação. Ou seja, a mandioca participa de múltiplos espaços e atividades da vida cotidiana dos povos indígenas, o que lhe confere uma dimensão "patrimonial". Foi nesse contexto, e levando em conta essas características, que o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2010. Após a solicitação das organizações indígenas ACIMRN, FOIRN e ASIBA, o dossiê foi analisado e aprovado pelo IPHAN que registrou o Sistema Agrícola no Livro de Saberes.

Esse primeiro reconhecimento da riqueza dos saberes e práticas agrícolas indígenas como patrimônio imaterial dá destaque à dimensão cultural das formas de relacionamento dos povos indígenas com seus ambientes e com as plantas cultivadas.



Foto: Décio Yokota, 2007

Mutirão de plantio na aldeia Kunanã, Oiapoque

Com isso, se enfatiza que as práticas agrícolas não são apenas técnicas, mas atividades embasadas em conhecimentos muito complexos.

Em escala mundial, a Amazônia foi – e ainda é – um importante centro de seleção de vegetais. Hoje, podemos listar pelo menos 83 plantas domesticadas nesta região. Entre elas, temos as mandiocas, as batatas-doces, o cacau, o tabaco, o abacaxi, as pimentas, assim como inúmeras árvores frutíferas e palmeiras. Os valores culturais, alimentares e econômicos, todos articulados entre si, confirmam a importância dos cultivos praticados pelas comunidades indígenas e tradicionais.

AMEAÇAS AOS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Manter os sistemas agrícolas locais em plena atividade é fundamental para garantir a diversidade e variedade de plantas cultivadas no mundo e dos conhecimentos tradicionais associados a elas, que resultam de anos de prática e experimentações de diferentes gerações de povos indígenas e comunidades tradicionais. É fundamental também porque a agricultura tradicional alimenta muita gente, no mundo todo.

Os sistemas agrícolas locais enfrentam diferentes ameaças nos dias de hoje. A principal ameaça diz respeito ao avanço da agricultura em larga escala, voltada ao monocultivo da soja, do milho ou da cana de açúcar; a prática da monocultura impacta fortemente os territórios dos povos indígenas e

comunidades tradicionais, seja por promoverem o desmatamento e a derrubada da floresta nos limites dessas terras, seja por acirrar disputas territoriais, como hoje ocorre principalmente no Mato Grosso do Sul e no Nordeste. O uso de agrotóxicos nessas grandes plantações também ameaça as roças tradicionais, pois eles acabam chegando, pelo vento e pela contaminação dos rios, nas plantações de povos indígenas. O Parque Indígena do Xingu é um exemplo disso, pois se trata de uma Terra Indígena cercada de plantações de soja por todos os lados.

Outra ameaça aos sistemas agrícolas locais são as mudanças que vem ocorrendo com o clima em todo o planeta. Os cientistas afirmam que eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes, como grandes períodos de chuva ou de estiagens prolongadas, que alteram as condições de plantio, de germinação, de crescimento, e de colheita das plantas e dos alimentos. Mudanças na temperatura, na quantidade de sol ou de chuva interferem na umidade do solo e na ocorrência de doenças, pragas e de plantas invasoras. Os povos indígenas e comunidades tradicionais precisarão se adaptar a essas mudanças para que seus sistemas agrícolas mantenham a capacidade de gerar alimentos e de manter a diversidade de sementes e espécies que cultivam.

A busca por educação ou emprego nas cidades tem levado vários jovens indígenas, e também de comunidade tradicionais, a abandonar seus territórios e a se distanciar dos modos tradicionais de cuidar da terra e das plantações. Se isso se confirmar como uma tendência, no futuro, haverá menos roças e plantações nesses territórios e haverá mais dependência de produtos industrializados.

Por fim, a falta de reconhecimento do valor e importância das práticas da agricultura tradicional, por parte das instâncias governamentais e das políticas públicas, é sem dúvida a ameaça mais séria à manutenção da riqueza e da diversidade desses sistemas agrícolas. Manter a riqueza, a variedade e a diversidade de plantas e alimentos cultivados por meio de práticas tradicionais, bem como valorizar os conhecimentos associados, é fundamental para continuar garantindo qualidade de vida aos povos indígenas e comunidades tradicionais.



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Conselho Editorial: Decio Horita Yokota, Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Luís Donisete Benzi Grupioni.

Escritório do Iepé em Macapá:
Rua Leopoldo Machado, 640
Macapá - AP - 68908-120
Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052
iepe@institutoiepe.org.br
www.institutoiepe.org.br

Texto Base: Lúcia Hussak van Velthem e Laure Empeaire

Tiragem: 3.000 exemplares

Apoio:



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



EMBAIXADA DA NORUEGA